

FUNDASP ADIA ADESÃO À PSI

A Fundação São Paulo, enviou e-mail em resposta à solicitação da APROPUC sobre a Política de Segurança da Informação. O secretário-executivo da Fundasp concordou com a prorrogação do prazo para a assinatura do documento por 90 dias "enquanto se sanam as dúvidas e se aperfeiçoa o documento".
Veja a íntegra do texto da APROPUC nas páginas 2 e 3 desta edição.

UCviva

Nº 966 - 13/10/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

MINISTÉRIO PÚBLICO INTIMA SINPRO-SP A ESCLARECER PAGAMENTO DOS 7,66%

A juíza Ana Luisa Zorzenon Goulart Villela, Procuradora do Trabalho, instaurou, no dia 24/9, inquérito civil para apurar o pagamento da dívida de 2005 aos professores da PUC-SP. A Fundação São Paulo, Sinpro-SP e APROPUC fecharam um acordo para pagamento da dívida salarial pendente há dez anos. A Fundasp pagaria a quantia de R\$ 30 milhões, ao longo dos próximos 10 anos, arcando com o ônus de impostos como o INSS. Os valores seriam pagos diretamente ao Sinpro-SP que repassaria aos docentes da PUC-SP.

Porém, ao iniciar-se o recebimento, notou-se que dos valores repassados a cada docente era

descontado o INSS, que, segundo o acordo, caberia à Fundasp. A APROPUC pediu esclarecimentos ao Sinpro-SP que não se pronunciou a contento.

Dessa maneira só restou à entidade solicitar à Justiça do Trabalho que interpelasse o Sindicato. Assim, o Ministério Público emitiu um parecer no qual abre um inquérito civil intimando o Sinpro-SP a esclarecer a situação em um prazo de 15 dias: "Intime-se o Investigado - Sinpro-SP, com cópia da 'denúncia', para que se manifeste no prazo de quinze dias acerca dos fatos relatados, juntando aos autos a prestação de contas referente aos valores já recebidos por força do acordo

firmado nos autos do Processo nº 0000925-34.2010.5.02.0076 e repassados aos professores substituídos na referida ação, bem como apresente cópia, se o caso, das guias do INSS recolhido", diz o parecer.

A decisão da juíza teve como pressuposto a cláusula 2.3 do acordo que estabelece que "... será de única e exclusiva responsabilidade da reclamada o pagamento de todos os eventuais impostos, taxas e contribuições porventura incidentes sobre o acordo", justificando a instauração de inquérito civil por "Retenção indevida de contribuição, cuja constatação configura lesão a interesses coletivos e difusos."

O **PUCviva** acompanhará o desenrolar do inquérito em suas próximas edições.

PAGAMENTO DA PLR

Conforme informamos na semana passada a Fundasp, após obter resposta de sua consulta à Receita Federal, decidiu pagar os valores devidos a professores e funcionários referentes ao abono da Participação de Lucros e Resultados. O dinheiro para este pagamento foi depositado em juízo e deverá ser liberado pela Justiça do Trabalho. Segundo informação do secretário-executivo, padre Rodolpho Perazzolo, o montante está sendo corrigido pela taxa de dívidas trabalhistas.

Dia do professor: algo a comemorar?

Todos os anos, a cada dia 15 de outubro, nos fazemos essa mesma pergunta. A resposta tem sido sombria. Os baixos salários e a precarização das condições de trabalho são desestímulos à carreira docente fazendo com que cada vez menos os jovens optem pela carreira de professor. Os poucos que se aventuram, preferem tentar se encaminhar para as universidades, preterindo o ensino básico em escolas públicas, em busca de melhores salários e condições de trabalho. O que irão encontrar é uma superexploração do trabalho nas instituições de ensino superior. Hoje, para ganhar um salário razoável o docente precisa dar muitas aulas, às vezes em instituições de ensino diferentes, o

que dificulta a pesquisa necessária à docência em nível superior.

Na PUC-SP, outrora um parâmetro nacional para os docentes do ensino superior, principalmente na conquista de melhores condições de trabalho e de salário, vemos hoje um quadro desolador, com os professores obrigados a se submeter a contratos maximizados, com tabelas salariais rebaixadas para os ingressantes, onde a pesquisa passa ao largo, tanto por falta de verbas institucionais, como pela exiguidade de tempo que o docente dispõe para esse fim, já que a maior parte do seu tempo é destinada para preparar aulas, corrigir trabalhos e atender estudantes. Hoje são necessárias muito mais horas-aula para que o professor possa cumprir o mesmo contra-

to que cumpria há alguns anos. Vivemos sob um regime de hora-aula disfarçado, que pouco nos diferencia de outras instituições privadas mercantilizadas.

A perspectiva de ascensão na carreira fica distante uma vez que o chamado período probatório inicial também se estende por mais tempo do que os dois anos. As porcentagens ou "cotas" de categorias da carreira nos departamentos também impedem que professores titulados e capacitados ascendam na carreira para que possam obter um pequeno aumento salarial e desempenhar funções de acordo com sua qualificação. Convivemos dia a dia com restrições impostas e burocratizantes (vide PSI) que dificultam nosso fazer educacional.

Por tudo isso, a profissão de

professor é hoje, mais do que nunca, um ato de dedicação extrema e, paradoxalmente, de pouco reconhecimento em nossa sociedade e na PUCSP. **PROFESSOR/A, ASSOCIE-SE A APROPUC PARA QUE JUNTOS** lutemos pela valorização da atividade docente, para que no próximo ano a PUC-SP esteja funcionando condignamente e possamos escrever um editorial mais animador, diferente deste. Lutemos para que possamos cumprir nosso papel social de educadores comprometidos com uma sociedade mais progressiva e mais igualitária.

Saudações a todos os professores!

APROPUC-SP

APROPUC solicita adiamento da adesão à PSI

Abaixo reproduzimos a íntegra da carta à Fundasp na qual a APROPUC expõe suas contestações à Política de Segurança da Informação

À Secretaria-Executiva da Fundação São Paulo

Prezados Secretários,

A APROPUC vê com preocupação a Política de Segurança da Informação, publicada em 13/2/2015, e a necessidade de assinatura do Termo de Ciência, Aceitação e Confidencialidade pelo corpo docente até a data de 9/10/2015. Entendemos a necessidade de proteção e segurança de dados e informações da Universidade, porém o documento, pela sua abrangência e falta de clareza ou detalhamento, impõe restrições e impossibilidades aos professores da PUC-SP.

O documento, na forma em que se apresenta, mostra-se mais pertinente ao quadro administrativo da Fundasp e de suas mantidas, que tem espaço, mesa de trabalho e equipamento fornecido pela instituição, num modelo conhecido como COPE (*corporate owned, personally enabled* ou propriedade da empresa, habilitado para uso pessoal). Ainda assim, a Política não é clara na graduação das faltas em termos de importância e gravidade, tampouco nas sanções que poderão ser aplicadas.

Entretanto, a instituição,

ao adotar uma política BOYD (*bring your own device*, ou traga seu próprio dispositivo, numa tradução livre) com relação ao seu corpo docente, por não dispor de equipamentos, nem de espaço físico - salas, mesas providas de gavetas trancadas - para todos os professores, agora estabelece como faltas ações que, até então, eram cotidianas na vida do professor, e impõe a necessidade de autorizações do gestor e nos expõe a violações passíveis de "aplicação de sanções, conforme procedimento previsto nas normas estatutárias, regimentais e legislação em vigor" (art. 29).

A política diz que equipamentos eletrônicos que pertencem aos professores, como celulares, tablets e notebooks, dentre outros, quando utilizados por eles para a transmissão ou recepção de "informações institucionais", serão considerados recursos de tecnologia da informação e estarão sujeitos à sua aplicação. É o que prevê o § único do art. 1º da referida norma:

"Os equipamentos de propriedade dos colaboradores, enquanto utilizados na veiculação de informações institucionais, serão considerados recursos de tecnologia da informação e de comunicação e ficarão sujeitos a esta P.S.I."

A norma acima sinaliza dois comandos simultâneos: primeiro, prevê a possibilidade dos empregados da Fundasp utilizarem seus equipamentos pessoais para a transmissão e recepção de informações classificadas como

"institucionais"; e, segundo, aponta que sempre que isso acontecer, tais equipamentos **serão monitorados pela Secretaria Executiva da Fundasp** (§ 2º do art. 8º).

Essa disposição parece-nos soar ilegal, pois representa hipótese de "fiscalização direta" e forçada, pelo empregador, de equipamentos que pertencem aos empregados, violando o direito de propriedade assegurado pelo texto constitucional (art. 5º XXII).

Na verdade, não haveria nada de errado se a PSI simplesmente proibisse ou restringisse a utilização dos equipamentos dos empregados para o acesso aos sistemas (rede e outros recursos) ou para a transmissão de informações institucionais da Fundasp durante ou fora da jornada de trabalho.

Tal medida estaria plenamente inserida no poder regulamentar do empregador. Mas, para tanto, a Fundasp precisaria garantir aos empregados que dependem desses recursos tecnológicos para desempenhar suas funções (afirmação que, convenhamos, atualmente atinge praticamente a todos) o fornecimento desses equipamentos (tablets, notebooks, etc.), o que não parece ser o caso.

Ao invés disso, a Fundasp optou pela adoção de outro tipo de controle, concedendo aos seus empregados permissão para que acessem, com seus próprios equipamentos pessoais, o "ambiente virtual" (recursos e tecnologia

da informação) da Fundasp, mas advertindo a todos de que **enquanto utilizarem seus equipamentos para veiculação de informações institucionais**, estarão sujeitos à aplicação da PSI, ou seja, **terão as mensagens transmitidas e/ou recebidas desses equipamentos monitoradas pelo empregador**.

Eis a passagem da norma que exemplifica a preocupação relacionada a essa questão (§ 2º do art. 8º):

"Os colaboradores tem ciência de que o uso de recursos de tecnologia de informação e comunicação é monitorado pela Secretaria Executiva da Fundasp"

A Política é até restritiva neste ponto, indicando que os equipamentos pessoais serão monitorados **apenas se e quando utilizados para veiculação de informações institucionais**. Ocorre que conceitos básicos e importantes para compreender o alcance dessa política, como o que vem a ser "informação institucional" ou "informação confidencial", para ficar só nesses dois, aparecem distribuídos na PSI de forma demasiadamente vaga e imprecisa, **dificultando a exata compreensão das atitudes ou comportamentos que devem ser evitados**.

continua na próxima página

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Addressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:

Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

continuação da página anterior

Como já foi observado, o documento reúne um conjunto de diretrizes que mais se assemelha a uma carta de princípios ou intenções do que a uma política de gestão interna propriamente dita. Na verdade, o objetivo de manter um ambiente institucional com informações "sigilosas" protegidas e seguras não pode servir de pretexto para aviar garantias fundamentais como o que protege o direito à privacidade e intimidade.

O art. 5, inciso XII, da Constituição Federal garante a inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, como forma de preservar a intimidade e a privacidade, salvo, em último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma em que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

"É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal."

Os celulares, tablets e notebooks que pertencem aos empregados abrigam informações estritamente pessoais de seus proprietários, que não podem ser acessadas indistintamente pelo empregador, ainda que o gesto tenha a justificativa ou pretexto de zelar pela integridade e sigilo de informações institucionais que por ali podem circular.

No tocante especificamente à verificação do e-mail pessoal ou particular do empregado (ainda que somente quando ou enquanto estes estiverem tratando de "informações institucionais") a preocupação é ainda maior.

O empregador simplesmente não pode controlar o conteúdo dessas mensagens

enviadas e recebidas, ainda que durante a jornada de trabalho, muito menos verificar os endereços para onde seguiram ou de onde partiram essas mensagens eletrônicas de caráter exclusivamente pessoal.

O e-mail particular representa um meio de comunicação estritamente pessoal e inviolável. Logo, a interceptação das mensagens que por ele transitam somente poderá ocorrer mediante prévia autorização do empregado ou por ordem judicial. Qualquer intromissão do empregador, não autorizada pelo empregado, será considerada invasão de intimidade e quebra de sigilo de correspondência.

Como se vê, o e-mail pessoal está amparado pela proteção da privacidade e da intimidade, não possuindo os mesmos efeitos jurídicos do e-mail corporativo, disponibilizado pela Fundasp. Este sim pode, sempre que a Fundasp desejar, ser alvo de verificação e controle, sem que a atitude constitua qualquer tipo de violação a direito fundamental por parte do empregador.

Reiterando, é legítimo que a Fundasp institua, por intermédio do exercício do poder regulamentar que a lei confere ao empregador, limites relacionados ao uso de seus computadores e demais recursos tecnológicos e de comunicação que lhe pertencem, disponibilizados para os seus empregados, restringindo e até proibindo, se assim entender necessário, a utilização do e-mail pessoal dentro da jornada de trabalho, o acesso a determinados endereços eletrônicos, etc.

Caso o empregado descumpra estas regras, ficará sujeito aos efeitos decorrentes da manifestação do poder disciplinar (ser advertido, suspenso ou até dispensado motivadamente).

Contudo, se o empregado tem a permissão de uso de seus equipamentos pessoais de comunicação, ainda que utilizando redes ou sistemas do empregador, deve ter a sua privacidade preservada.

Logo, os e-mails particula-

res não podem ser monitorados pela Secretaria Executiva da Fundasp, mesmo quando utilizados para veiculação (transmissão ou recepção) de informações classificadas como "institucionais", pois estão protegidos pelo direito fundamental à intimidade e à privacidade do empregado.

Podemos ainda destacar o caput do art. 6, que diz textualmente "todos os colaboradores ficam sujeitos à observância das seguintes diretrizes...: entre elas está "reconhecer a propriedade da Fundasp sobre todas as criações e resultados de trabalhos desenvolvidos pelos colaboradores, submetendo-os às diretrizes desta P.S.I." (Art. 6, item h). Veja-se que não há aqui restrições do tipo "produzidos em horário de trabalho", "financiados pela Fundasp", ou outro. **O item é genérico e abrangente, sem qualquer restrição ou qualificação.** Pelo documento ora em tela, abrimos mão de qualquer artigo, capítulo, livro, etc que venhamos a produzir, em casa, no fim de semana e sem qualquer contribuição da Fundasp.

Se a Fundasp tem a preocupação (legítima) de zelar pela integridade de dados e de informações institucionais, em especial as classificadas como confidenciais, deve instituir mecanismos que garantam a circulação desse tipo de informação apenas e tão somente por intermédio de "ambientes virtuais" que possam ser monitorados ou fiscalizados, como e-mail corporativo, por exemplo.

No mais, embora não constitua aspecto necessariamente jurídico, a política parece merecer melhorias no que se refere à sua forma. Documentos desse tipo são bastante comuns em organizações as mais diversas e dos mais variados portes. Contudo, há normalmente nesse tipo de norma uma preocupação com os públicos atingidos, de modo a garantir uma carga/intensidade de controle adequada e condizente, contextualizada com a realidade de cada colaborador.

Na verdade, ao misturar os vários públicos que integram o corpo de colaboradores da Fundasp, a PSI acaba submetendo todos, de forma indistinta, a um mesmo padrão e rigor de verificação, o que acaba criando um sentimento de controle de certa forma invasivo, excessivo e desnecessário. Veja, por exemplo, a situação dos que atuam na área de TI ou mesmo em algumas posições da área financeira.

É normal, em qualquer organização, a preocupação com relação ao alcance dos atos praticados por esses profissionais, tendo em vista a dimensão do risco gerado pela função ou atividade por eles desempenhada. Nesse ponto, é encarada com absoluta naturalidade a adoção de medidas extremas de controle e fiscalização relacionadas ao uso e a disponibilidade de senhas, certificados, etc.

Melhor seria se a PSI segregasse os diversos públicos-alvo inseridos na Fundasp, distribuindo com mais equilíbrio e parcimônia a intensidade com que pretende controlar a circulação de informações internas, evitando que se crie um sentimento generalizado de controle e vigilância, desnecessário e até excessivo em relação a certas posições.

Em face aos pontos acima elencados, a APROPUC demanda à Secretaria Executiva o adiamento da assinatura do Termo enquanto são formuladas cláusulas que reflitam a realidade do corpo docente da PUC-SP, seja na forma de adendo à atual Política, seja numa Política específica ao corpo docente desta instituição.

No aguardo de uma manifestação da Secretaria Executiva

Subscrevo-me.
Atenciosamente,

João Batista Teixeira da Silva
Presidente da APROPUC-SP
7 de outubro de 2015

Comissão eleitoral divulga chapas para representação administrativa

A Comissão Eleitoral dos funcionários da PUC-SP divulgou na semana passada a relação das pessoas inscritas para as eleições nos conselhos Superiores da Universidade. Os funcionários têm direito a representação no Conselho Universitário (Consun), Conselho de Cultura e Relações Comunitárias (Ceccom) e Conselho de Planejamento e Administração (Conplad).

As eleições para os conselhos superiores ocorrem entre os dias 19 a 21 de outubro, conforme as normas eleitorais disponíveis no site da AFAPUC (www.afapuc.org.br).

ELEIÇÕES PARA AS CÂMARAS

A Comissão Eleitoral decidiu também prorro-

gar as inscrições de candidatos para a Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa e Câmara de Educação Continuada (Cogeae). As inscrições de candidatos deverão ser feitas até 15/10, no Protocolo Central, ERBM, Campus Perdizes, entre 8h e 19h, através de impresso fornecido pela comissão eleitoral e disponível no site da AFAPUC. A votação também ocorrerá no período de 19 a 21/10.

Já para os Conselhos de Faculdade as inscrições deverão ser feitas de 8/10 a 15/10, no Protocolo Central, através de impresso próprio fornecido pela comissão eleitoral e disponível no site da AFAPUC. A exemplo das Câmaras a votação ocorrerá no período de 19 a 21/10/2015

Frente define novos encaminhamentos

Em reunião realizada na quarta-feira, 7/10, os integrantes da Frente de Esquerda da PUC-SP decidiram vários encaminhamentos para os próximos dias.

Em primeiro lugar, decidiu-se contribuir com a mobilização dos docentes para o 1º Encontro de Professores do Ensino Superior Privado do Estado de São Paulo, que será realizado no dia 24/10, das 9h às 17h, na sede da APROPUC, para debater a organização da categoria e as formas de luta na defesa das condições de trabalho, da melhoria salarial e as questões da educação brasileira em geral. Além disso, propor ao conjunto da Frente a realiza-

ção, em um auditório da PUC-SP, de ato-debate contra o desemprego e o arrocho salarial impostos pela crise econômica e pelas medidas neoliberais do governo Dilma Rousseff. A Frente manifesta também a sua solidariedade aos trabalhadores e às suas lutas de resistência.

Se faz necessário uma ampla convocação para a próxima reunião da Frente que acontecerá no dia 15/10, às 18hs, na sede da APROPUC. Todos os Centros Acadêmicos e coletivos da PUC-SP serão contatados. Além disso deverá ser criada uma página da Frente no Facebook para a divulgação de suas atividades.

FUNCIONÁRIOS INSCRITOS PARA AS ELEIÇÕES NOS CONSELHOS

Consun

Titulares	Suplentes
Rosana Alves	Leandro Carrano de Albuquerque
Maria Helena Gonçalves S. Borges	José Manoel Andrade Gomes
Sandra Aparecida Barbosa Costa	Benedito Edison da Silva
Jessica da Silva Leite	Paulo David Colla Junior
Nalcir Antônio Ferreira Junio	Jorge Claudio Evalt
Maria Aparecida Alves de Souza	Rosana Silva Portela
Lennon Jardel de Araujo	Francisco Cristovão
Michele Cristini Horacio	Flavio Luiz Nogueira
Rivaldo Carlos de Oliveira	Emerson Aguiar Freitas

Ceccom

Titulares	Suplentes
Lucimara Lonaro Cardoso	-
Edilene de Fátima Moretti	Ana Tereza Lopes dos Santos
Izabel Cristina da Silva	Girdiney Santos Pereira
Edson Reis da Silva	-
Macedo Francelino da Cruz	Rodney de Souza
Rosana Maria Romano S, Mafra	-
Sophia Lobo Boldo	-
Marlene Camargo	Rosilaine Gomes Ferrari
Jurandir Matos de Almeida	-

Conplad

Titulares	Suplentes
Arthur Alexander Simone	Arthur Gagliardi Filho
Miriam Solange Gonçalves Soares	Fernando Rodrigues Ferreira
Fabio Sufiatti	-
Kelli Nunes de Almeida	Monica Ferreira Souza da Silva
Mauricio Carlos Barboza de Melo	Luciano André de Mello
Stela Maris Bronzo	Camila Vicente da Silva
Edilaine Correa Gonçalves	Roberto Julio Gava
Manoel Mota da Silva Junior	Manoel Cosme Miranda Silva
Juliana Maria da Silva	-

FORTALEÇA A LUTA DOS PROFESSORES

ASSOCIE-SE À APROPUC
Defenda seus direitos

Basta entrar no site www.apropucsp.org.br,
escrever para apropuc@uol.com.br,
telefonar para
11 3872-2685 ou inscrever-se na
sede da entidade, à Rua Bartira 407

GAUCHE NA VIDA

USP considera que trabalhadora não pode ter produção intelectual

Diana Assunção

Nesta semana o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP retirou da base "produção intelectual" algumas publicações de uma trabalhadora da USP que se encontram na Biblioteca da Faculdade de Educação. As publicações são: "A precarização tem rosto de mulher" (volume 1 e 2), "Lutadoras - Histórias de mulheres que fizeram história" e o prólogo do livro "Mulher, Estado e revolução". O motivo? O fato da trabalhadora ser nível básico, o que pelo regimento da USP leva a não reconhecer sua produção intelectual. Sim, pelo regimento da USP um trabalhador nível básico não é capaz de produzir intelectualmente. A trabalhadora em questão é Diana Assunção, diretora do Sintusp e conhecida militante dos direitos das mulheres e dos trabalhadores, historiadora formada pela PUC-SP e trabalhadora nível básico da seção de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP. Publicamos abaixo sua carta pública.

Nesta semana fui surpreendida com uma informação inesperada no Sistema Dedalus. Os cadastros das publicações que doeí para a Biblioteca da Faculdade de Educação da USP foram alterados pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Eles retiraram o cadastro da base de "produção intelectual". Vou relatar aqui nesta carta um pouco da trajetória destas publicações, mas também o quão

assustador é o motivo dessa "simples" mudança do cadastro.

Já há vários anos tenho levado adiante muitos estudos sobre o tema da mulher na perspectiva do marxismo. Isso resultou em alguns projetos onde estive envolvida não somente na produção, mas nas elaborações. Em 2008, com as Edições ISKRA, organizei a versão brasileira do livro "Lutadoras - Histórias de mulheres que fizeram história". Além de ter elaborado o prólogo deste livro, também escrevi um dos capítulos sobre a jornalista Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu. O livro teve como objetivo retratar a história de mulheres rebeldes e lutadoras que muitas vezes são apagadas dos currículos nas universidades. Os capítulos retratam a história de mulheres como Flora Tristán, Louise Michel, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Carmela Jeria, Lucrecia Toriz, María Cano, Marvel Scholl e Clara Dunne, Genora Johnson Dollinger, Natalia Sedova, Pen Pi Lan, Mika Etchebéhère, Nadehza Joffe, Edith Bonne, Patrícia Galvão, além de um anexo sobre a luta das mulheres brasileiras no ascenso operário entre 1978 e 1980.

Em 2011 organizei uma nova publicação chamada "A precarização tem rosto de mulher", que teve a 2ª edição em 2013. O livro foi escrito por

mim, com ajuda de uma equipe, e o prólogo também é de minha autoria, em ambas as edições. O livro conta a verídica história das greves das trabalhadoras terceirizadas da USP, tendo sido não somente um livro de cabeceira para várias trabalhadoras como um instrumento de organização contra o trabalho precário.

Sobre este livro, vários intelectuais emitiram opiniões. Beatriz Abramides, da Associação de Professores da PUC-SP, declarou que o livro é "um rico e valioso instrumento para o projeto socialista de emancipação humana". Jorge Luiz Souto Maior, juiz do trabalho e professor da Faculdade de Direito da USP, disse que é "um livro que cria consciência de classe". Ricardo Antunes, sociólogo e professor da Unicamp, considerou o livro "uma iniciativa muito importante". Claudia Mazzei Nogueira, professora da Unifesp da Baixada Santista, declarou que "este livro é um exemplo para as próximas lutas de terceirizados". Paula Marcelino, professora das Ciências Sociais da USP, considerou "um acerto a escolha do tema da precarização, se trata de um livro militante".

Em 2014 organizei junto com a Boitempo Editorial a edição do livro "Mulher, Estado e revolução", da historiadora norte-americana Wendy

Goldman, inédito no Brasil. O prólogo do livro é de minha autoria. Foi um dos 10 livros mais vendidos na Feira de Livros da USP, e teve alcance nacional saindo em dezenas de revistas, jornais, etc. Além destes livros publicados, tenho dezenas de elaborações sobre variados temas, como uma elaboração sobre "Quem são as mulheres da USP" em contraposição ao livro de Eva Blay e Alice Beatriz da Silva Gordo Lang que contam apenas uma parte - branca e de elite - das mulheres da USP. Elaborei sobre a combatente da Comuna de Paris Louise Michel, publiquei resenha sobre o livro "A família e o comunismo", que é uma compilação de textos de Alexandra Kollontai e recentemente elaborei prólogo da compilação "Trotsky e a luta das mulheres", da Centelha Cultural, que em breve pretendo também doar para o acervo.

Os livros citados fiz questão de doar para a Biblioteca da Faculdade de Educação, que é onde trabalho. E esta semana tomei conhecimento que o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP decidiu alterar o cadastro destas publicações retirando da base de "produção intelectual". O motivo é o mais assustador: é porque sou trabalhadora nível

continua na próxima página

continuação da página anterior

básico. O regimento da USP, através do SIBI, não considera possível que um trabalhador ou trabalhadora nível básico possam produzir intelectualmente. E se produzirem, como é meu caso, não vão reconhecer. Então ordenaram retirar, e retiraram. Me chama atenção que frente a isso a chefia do SIBI não pare para refletir "já que há uma trabalhadora com produção intelectual, será que não há algo de errado com o regimento?". O contrário disso foi o que ocorreu, e a partir de agora, mesmo tendo organizado e publicado três livros, para a USP isso não é "produção intelectual". As publicações foram mantidas na base "livro", mas por que essa diferenciação? Porque os livros de um docente, ou até mesmo de um trabalhador nível superior são consi-

derados "produção intelectual" e os meus não são, simplesmente porque sou trabalhadora nível básico? Quando a diferenciação se dá por uma questão de classe, isso se trata de preconceito, e não "padronização".

Então, quando falamos do elitismo da USP, às vezes pode parecer uma frase de efeito. Mas na maioria das vezes somos pegos até mesmo de surpresa por este tipo de preconceito institucional. É a imposição da divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal, como se os trabalhadores de nível básico não fossem capazes de pensar. É aquela vertente da história onde é preciso sufocar a história dos oprimidos e explorados. Algo bastante sintomático pra um espaço que se diz produtor de conhecimento. Mas qual conhecimento produzem e para que? Hoje a USP me disse, com esta atitude,

de, que não tenho intelecto. E não tomo isso como uma acusação individual, mas como um ataque coletivo a todos os trabalhadores nível básico da Universidade, e mais amplamente de outros locais de trabalho.

Por tudo isso que é inadmissível este ocorrido. Uma mostra cabal do enorme preconceito social que reina dentro da USP. E é também por isso que, mais uma vez, não poderei me calar. Exijo imediata explicação do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP e exijo não somente que o cadastro de minhas publicações possa ser retornado à base de "produção intelectual", como que qualquer trabalhador ou trabalhadora nível básico tenha o direito de ser reconhecido seu "intelecto" quando quiserem escrever com as próprias palavras as suas histórias, a história dos explorados, ou o que bem

entenderem. Ao mesmo tempo, faço um chamado aos professores, estudantes e trabalhadores da USP a não permitir que este preconceito intelectual contra os trabalhadores da USP seja levado adiante, apoiando esta luta que neste momento passa por não aceitar esta absurda diferenciação nas publicações de minha autoria.

Diana Assunção é diretora do Sintusp e ex-aluna do curso de Serviço Social da PUC-SP

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

O TUCA merecia uma comemoração mais digna

Marcia Accorsi Pereira

O TUCA nos enche de orgulho e nós, da comunidade, ao ouvir uma menção ao seu protagonismo, sentimos uma pontinha de vaidade de conviver há anos com essa entidade.

As suas paredes, com os tijolos aparentes, parecem gritar aos nossos ouvidos que aí se fez história. Uma história de resistência e luta. Ao entrar

nesse espaço, somos contagiados por essa magia, que nos faz sentir saudades até daquilo que não vivemos. Quem não gostaria de estar presente na sua inauguração com a encenação da antológica "Morte e Vida Severina"?

No entanto, outros momentos importantes foram vivenciados por nós que passamos pela PUC-SP e, com segurança, todos temos uma experiência a ser compartilhada envolvendo esse

imponente teatro. Orgulho que não é só nosso, mas de uma grande e significativa parcela do povo paulistano.

Porém fico refletindo que nos seus gloriosos 50 anos, o TUCA foi surpreendido por estranhos convidados na manhã de sábado, dia 26/9. No seu palco, que nos traz inúmeras emoções, figuras que não ornaram ou combinaram com as histórias ali vividas - e outras que ainda virão - ocupavam o

espaço. Durante o final de semana, a mídia nos bombardeou com notícias sobre o evento.

Será que temos de abrigar, em nome dos ares democráticos, acontecimentos como esse?

Não pude deixar de lamentar.

O TUCA, nos seus 50 anos, merece uma comemoração mais digna.

Marcia Accorsi Pereira é professora de Serviço Social da PUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS

Mobilizações e greves marcam o outubro de lutas em todo país

Manifesto condena nova Lei de Terrorismo

No dia 6/10, terça-feira, os bancários do país entraram em greve, com mais de oito mil agências fechadas, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Os trabalhadores pedem reajuste salarial de 16% e também reivindicam vales alimentação, refeição, décimo terceiro, cesta básica e auxílio creche/babá, além de pagamento para graduação e pós graduação e melhorias nas condições de trabalho e segurança.

Os docentes federais também seguem em greve que já dura mais de três meses. Na semana passada, no dia 5/10, docentes, técnico-administrativos e estudantes realizaram um ato em frente ao Ministério da Educação, em Brasília. O protesto tinha como objetivo cobrar a reunião agendada pelo MEC na semana anterior e que não aconteceu.

No encerramento da atividade, a Polícia Militar atacou os manifestantes que foram encurralados e agredidos violentamente com cassetetes e spray de pimenta. O Comando de Greve divulgou uma nota repudiando a ação policial.

Por outro lado, durante toda a semana passada estudantes secundaristas protestaram contra as mudanças introduzidas pelo governador Geraldo Alckmin na reorganização da rede estadual de ensino. Na sexta-feira, 9/10, houve confronto na Avenida Paulista resultando em prisão de quatro manifestantes.

FRENTE POVO SEM MEDO

Na última quinta-feira, 8/10, os movimentos sociais e sindicais anunciaram a criação de uma nova frente de esquerda, chamada

"Frente Povo Sem Medo", que se reúne para protestar contra o ajuste fiscal do governo federal, pedir a taxação dos ricos e a urgência das reformas agrária, tributária e urbana, além de protestar também contra a onda conservadora que toma conta do Brasil atualmente.

A Frente é constituída por 27 movimentos sociais e sindicais de atuação nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A Frente Povo Sem Medo recebeu porém críticas de centrais sindicais como a Conlutas que enxergam no movimento uma reedição da frente pelas reformas populares. Segundo a Central ao centrar a luta somente contra a direita, essa frente acaba por blindar o governo Dilma.

O Senado Federal deve votar na semana que vem o Projeto de Lei nº 101, de iniciativa da Presidência da República, que tipifica o crime de terrorismo no Brasil, uma criminalização direta a movimentos sociais e manifestações políticas que acontecem no país.

Mais de 80 organizações da sociedade civil, como MST, CUT, MTST e UNE, além de outras pessoas, assinaram um manifesto contra a aprovação desse projeto.

"A proposta representa para o povo brasileiro um grande retrocesso para os direitos de participação política no Brasil, porque deixará nas mãos de delegados e promotores o filtro para dizer se tal conduta é ou não de movimento social", afirma o texto do manifesto das entidades

Solidariedade ao Haiti pede fim à Minustah

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, no dia 8/10, quinta-feira, um novo debate sobre a presença da Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti), e votou pela renovação do mandato da ocupação até outubro de 2016. Há alguns meses organizações sociais já se movimentavam por todo o mundo exigindo a retirada imediata das tropas do país.

A resolução foi apro-

vada por unanimidade pelos 15 membros do Conselho e foi justificada com a necessidade de manter a segurança no contexto das eleições do próximo dia 25/10: segunda volta de legislativas e primeira volta das presidenciais e das eleições locais.

A Minustah existe desde 2004 com a falácia de se tratar de uma "missão humanitária", mas que na verdade é responsável por diversas violações de direitos humanos no Haiti, além de ser um claro aten-

tado à soberania do país, servindo como um instrumento de controle social. Hoje, dez anos após o início dessa colonização, o país enfrenta uma grave crise política e institucional, com uma clara regressão democrática, repressão violenta e sistemática das manifestações populares e ataques a dirigentes da oposição. A Minustah também sustenta a manipulação dos processos eleitorais e institucionais e a entrada livre de capitais transnacionais para controlar espaços es-

tratégicos da economia, segundo o portal do movimento "Haiti NO Minustah".

O movimento é composto por várias organizações que vêm se unindo em solidariedade ao povo do Haiti e elaborando uma petição com o título "Não em nosso nome", que será entregue às autoridades de diversos países. A APROPUC apoia a petição e demonstra solidariedade ao Haiti e ao povo que vem sofrendo uma colonização sistemática.

ROLA NA RAMPA

Serviço Social debate precarização o ensino



Público presente ao evento na sala 239

No dia 3/10, a PUC-SP sediou o Seminário Estatual contra a Precarização da Formação em Serviço Social em São Paulo, organizado pela ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, o CRESS-SP - Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região e a ENES-SO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. O encontro serviu como um espaço de reflexão, discussão e organização frente aos desafios postos pela precarização no ensino da profissão. O evento contou com exposições temáticas, debates e a presença de movimentos sociais. Durante todo o dia, foram pensadas ações de curto, médio e longo prazo com o objetivo de organizar tan-

to a luta coletiva em conjunto com a sociedade, quanto a luta referente à pautas sindicais e específicas da profissão. Nesse sentido, foi pautada a necessidade de organizar os professores de Serviço Social, apoiando a sindicalização, além da organização também por parte dos estudantes, principalmente no que diz respeito à precarização do ensino privado. O diálogo com coordenadores dos cursos de Serviço Social também foi uma pauta. No âmbito geral, foi conversada a importância de apoiar a resistência dos movimentos sociais de esquerda, do Fórum de Educação do Estado de São Paulo, além da ideia da construção de uma ampla manifestação da educação.

Semana do curso de História da PUC-SP

Entre os dias 3 e 7/11 será realizada a 15ª Semana de História. As inscrições para trabalhos acadêmicos (iniciação científica, mestrado, doutorado e outras modalidades) estão abertas até 16/10, por meio do formu-

lário online em <https://goo.gl/OHj0GU>. A programação completa será divulgada em breve, e é possível acompanhar as novidades na página do evento <https://www.facebook.com/shpucsp>.

8º Encontro de Pesquisa do TIDD

O Pós em Tecnologia da Inteligência e Design Digital (TIDD) promove, em 13/10, das 13 às 21h, o seu 8º Encontro de Pesquisa. O objetivo do encontro é divulgar e debater as pesquisas em anda-

mento, desenvolvidas no programa de estudos pós-graduados (mestrado e doutorado stricto sensu) em TIDD na PUC-SP. O evento acontece no auditório campus Consolação (1º andar, prédio 4).

APROPUC sedia Encontro dos Docentes do Ensino Privado

Acontece na APROPUC no dia 24/10, entre 9h e 17h o 1º Encontro de Professores do Ensino Superior Privado do Estado de São Paulo. O evento terá como pautas a organização da categoria e as formas de luta na defesa das condições trabalhistas, salariais e da

educação nacional. O movimento docente em todo o país vem se mobilizando procurando discutir a precarização do trabalho. Esta será uma das questões centrais do encontro que é organizado pela APROPUC com o apoio do Andes. **Professor, participe!**

Livro debate Política e Mídia

No dia 19/10, às 19h na Livraria Martins Fontes, acontece o lançamento do livro "Mídia e Política - Estudos sobre a democracia e dos meios de comunicação no Brasil". O livro, de organização de Vera Chaia, Claudio Coelho e Rodrigo de Carvalho, traz textos de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, debatendo temas como "Escândalos Políticos e Eleições no Brasil" (texto de Vera Chaia), "Carta Capital e Veja - nas eleições presidenciais de 2014" (por Vi-

vian Paixão) e "Os movimentos sociais e a internet: a apropriação política do Facebook durante as Jornadas de Junho" (de autoria de Rosemary Segurado, Natasha Bachini e Pedro Malina). O livro conta com a participação de diversos pesquisadores do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Nemamp), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. A Livraria Martins Fontes fica no número 509 da Av. Paulista.

Nova edição da revista Último Andar está disponível

A 25ª edição da revista Último Andar, criada em 1998 pelo Programa de Ciências da Religião da PUC-SP, já pode ser consultada em versão online no site da universidade. As edições são semestrais, e reúnem entrevistas, artigos, resenhas, traduções e outros conteúdos produzidos pela equipe ou contribuições do público, sejam docentes ou discentes de quaisquer instituições e áreas do conhecimento, desde que sejam

originais e de abordagem acadêmica. Para a edição nº 27, é possível enviar textos sob o tema "Ateísmo: perspectivas e tendências". A edição 26 está programada para dezembro, sem tema específico. Materiais diversos podem ser enviados no site da publicação, assim como a consulta de todas as edições em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/index>.

REUNIÃO DA FRENTE DE ESQUERDA DA PUC-SP

15/10 - Quinta-feira - 18h-
na sede da APROPUC